6.
NOVEMBRO · 2020

Ponte de Lima:
do passado ao presente, rumo ao futuro!



A CASA DE SÁ, ANTES E DEPOIS DO CONDE DA BARCA (1754-1817): APONTAMENTOS PARA UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA MAIS AMPLA

CASA DE SÁ, BEFORE AND AFTER THE COUNT OF BARCA (1754-1817): TOWARDS A BROADER HISTORICAL PERSPECTIVE

As referências à Casa de Sá na historiografia local e nacional tendem a cingir-se quase exclusivamente à figura de António de Araújo e Azevedo, Conde da Barca (1754-1817), que foi sem dúvida o seu filho mais ilustre. Nas páginas que seguem, pretende-se recompilar algo da história mais ampla desta propriedade — uma historia acidentada e por vezes confusa, em que os meandros dominam sobre as linhas direitas — cujas origens documentadas remontam ao séc. XVI e cuja vivência se prolonga até à actualidade.

References to Casa de Sá in local and national historiography tend to limit themselves almost solely to the figure of António de Araújo e Azevedo, Count of Barca (1754-1817), who was indubitably its most illustrious son. This brief presentation aims to convey a somewhat ampler picture of this estate, the documented origins of which can be traced to the 16th century — and whose occupation extends to the present day.

CASA DE SÁ, CONDE DA BARCA, ARAÚJO, CASAS SENHORIAIS

CASA DE SÁ, CONDE DA BARCA, ARAÚJO, MANOR HOUSES

MIGUEL A. DE CAMPOS TOVAR

1. *As origens: os cazaes de Saa*

Quem alguma vez deliciar seus olhos, percorrendo com sossêgo essa formosa terra da Ribeira Lima e, atravessando a vetusta ponte que dá nome à vila, seguir estrada fora, caminho de Viana, a escassos três quilómetros se lhe depara, alcandorada em ridente outeiro da freguesia de Sá, uma casa solarenga com capela, alvejante em sua sumptuosa frontaria, por entre o verde dos milheirais e das vinhas de enforcado […].

Assim abre Artur da Cunha Araújo o seu *Perfil do Conde da Barca*.[1] Ainda que sobre a memória deste lugar se agigante, com toda a justiça, a figura de António de Araújo de Azevedo — 1.º Conde da Barca por mercê de D. Maria I — já era uma velha casa a que o viu nascer, a 14 de Maio de 1754. Com efeito, a história conhecida da propriedade, e a trama familiar que ela encadeia, recuam sobre essa data mais de um par de séculos, e estão em vias de cumprir quinhentos anos. Em tempos recentes, o conhecimento desta realidade histórica mais ampla tem sido muito incrementado pela catalogação e estudo do acervo documental da família Araújo de Azevedo, de que é guardião o Arquivo Distrital de Braga. Menção especial merecem os itinerários traçados por entre este verdadeiro manancial historiográfico por Abel Rodrigues,

[1] Artur da Cunha Araújo, *Perfil do Conde da Barca* (Porto: edição do autor, 1940), p. 11.

> *“A primeira notícia segura que lhe alcançamos remonta a 1501, quando são elencados os “cazaes de Saa” no tombo da propriedade foreira à comenda de de São Cosme e São Damião de Ázere, compilado pelo Abade de Ermelo a mando do Bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz de Vilhegas.”*

que configuram preciosas ajudas à navegação para o explorador não-iniciado, e nos cumpre desde já reconhecer.[2]

A primeira notícia segura que lhe alcançamos remonta a 1501, quando são elencados os "cazaes de Saa" no tombo da propriedade foreira à comenda de de São Cosme e São Damião de Ázere, compilado pelo Abade de Ermelo a mando do Bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz de Vilhegas.[3] A designação aí empregue, no entanto, já se encontra nas *Inquirições* afonsinas de 1258, revelando a prolongada existência desta porção da freguesia como núcleo diferenciado.[4] Em 1529 são enfiteutas João da Cunha, Escudeiro, e sua mulher Beatriz Barbosa, fregueses de Brandara, que por instrumento desse ano doam os ditos casais a sua filha Violante Barbosa.[5] Consorciara-se esta senhora com Gomes Felgueira, Escudeiro, procedente do tronco desta família na Torre do Sobreiro em Monção, que depois de viúvo foi abade comendatário do mosteiro de Santa Maria de Miranda.[6]

É nebulosa a vivência material da propriedade nestes tempos mais recuados. Não é certo que aspecto teria então a casa, ou sequer que a familia tutelar aí tivesse moradia. Diogo Lopes de Calheiros, que em 1568 assina o seu cáustico *Memorial*, não se detém na freguesia de Sá ao elencar o estreito rol de filhos d'algo que reconhece à Riba Lima. Nas circumvizinhanças, apenas os Barbosas da Carcaveira passam no seu apertado crivo (se bem que lhes taxe a casa de "recente").[7] Desta omissão podemos depreender que os senhores de Sá não tinham aí assento, ou em alternativa que não eram tidos por dignos de contar entre a velha nobreza. Fosse qual fosse o caso, uma análise cuidada do edifício hoje existente revela uma pequena porção do piso térreo de carácter marcadamente arcaico, que talvez nos remeta para esses primeiros momentos da sua história documentada. No quadrante nordeste, em particular, subsiste uma pequena porta em chanfro rasgada em parede de bons silhares que acusa obras quinhentistas, ou eventualmente dos primórdios de seiscentos. Também a porção inferior de parte da parede oeste, quando exposta no decurso de obras recentes, revelou ao nível da cota térrea um pano de silharia diferenciada, e claramente mais antiga que a restante, indiciadora duma fase construtiva bem anterior ao começo do séc. XVIII.

A ligação entre esses primórdios e as gerações subsequentes da casa é-nos dada, a traços largos, por Felgueiras Gayo e outros linhagistas. É filha única do supracitado casal e sua sucessora em Sá Juliana Barbosa, por cujo casamento com Lopo Pereira entra na casa a varonia dos Pereiras de Bertiandos. Este fidalgo era filho natural de António Pereira Pinto, que enquanto clérigo foi abade de São Martinho da Cunha, Gondarém, Mestrido e Sá, mas se reduzira ao estado laical por meados do séc. XVI;[8] António era por sua vez cadete dos fundadores da casa de Bertiandos, e fora por eles

[2] Abel Rodrigues, "Entre o público e o privado: a génese do arquivo do Conde da Barca (1754-1817)" [dissertação de mestrado] (Braga, Universidade do Minho, 2007); "O Sistema de informação família Araújo de Azevedo: estudo orgânico-funcional aplicado ao cartório da Casa de Sá", *Actas do 1.º Congresso Internacional A Casa Nobre* (Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2007), pp. 85-133.

[3] ADB, *Cazaes do Mosteiro de Azere hoje prazo da comenda do mesmo nome* [...] (traslado de original de 1501); documento do Fundo da Família Araújo de Azevedo sem cota atribuída.

[4] vd. José António Baptista, *Toponímia de Ponte de Lima* (Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2001), I, p. 263.

[5] ADB, *Doação pela qual João da Cunha, Escudeiro, e sua mulher Beatriz Barboza* [...] *doaram a sua filha Violante Barboza os cazaes de Sá* [...] (1529), documento do Fundo da Família Araújo de Azevedo sem cota atribuída.

[6] Filho de Rui Felgueira e s.m. Violante Lopes de Calheiros, procedente esta do Paço de Calheiros; vd. Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal* (Braga: Carvalhos de Basto, 1989), tt.º de Felgueiras, § 45, n.º 2 (V, p. 373).

[7] João Gomes d'Abreu (ed.), "Memorial de Calheiros", in *Arquivo de Ponte de Lima 2* (1981), pp. 145-63: 153.

[8] Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa* (Lisboa: Fundação Oriente, 2003), III, p. 313.

chamado a administrar o segundo vínculo da família. A aliança marca um passo decisivo na ascensão social dos senhores de Sá, pois que os descendentes de Lopo e Inês *Pinta*, com sua "casa e quinta honrada e por tal conhecida",[9] se contam à época entre a primeira ordem da elite regional. A varonia desta família estava, como é sabido, nos medievos alcaides de Vila Nova de Cerveira, que tomaram o nome dessa praça por apelido, e o seu Pereira advinha de Maria Pereira — mulher de Rui Lopes de Cerveira, e meia-irmã do Santo Condestável. Não admira, portanto, que tivessem entendido preservar este prestigioso sobrenome como talismã nobiliárquico, em detrimento do menos sonante (se bem que igualmente antigo) *Cerveira* que lhes competia por herança paterna.

Juliana e Lopo produzem três filhos, dos quais o primeiro e o terceiro — Francisco (1573-1607) e Diogo (c. 1580-1633) — embarcam para a Índia. Tanto um como outro alcançam distinção na gesta asiática: aquele logrando ser armado cavaleiro em 1603 no Estreito do Norte; este recebendo em 1616 a capitania e feitoria de Chaul, que antes detivera o seu avô de Bertiandos.[10] Nenhum parece ter tirado grande proveito dessas glórias, pois que ambos morreram nas praças do oriente sem descendência nem fortuna conhecida — mas os serviços militares de um e de outro, assim como a mercê de capitão, seriam legados às gerações ulteriores da família. Em Sá sucede o que permaneceu na metrópole, António Pereira Felgueira, FCR. Capitão de Infantaria Auxiliar em Ponte de Lima, achamo-lo nomeado para vereador da Câmara por carta de Filipe III em 1622.[11] O seu enlace com Maria Velho traz à família a administração do vínculo instituído pelo sogro António Anes em Serdedelo, com altar de missa na Misericórdia da vila, cujas exigentes obrigações levam o casal a acrescer-lhe frutos da Casa de Sá por escritura de sobrogação de 22 de Novembro de 1605.[12]

Da união nasce Violante Pereira, herdeira (1604-1671), que em c. 1635 renovará na casa a varonia de Bertiandos por casamento com António Pereira Pinto, dito o *Gordo*, MFCR e combatente que foi na Guerra da Aclamação (ele próprio bisneto do morgado António Pereira, e como tal seu primo em terceiro grau).[13] Ainda que a



FIGURA 2.
Relevo heráldico com a cruz florenciada dos Pereiras em pleno, coroada e timbrada da mesma insígnia. Espaldar de fontanário existente junto ao actual limite sul da Quinta de Sá.

FONTE · Fotografia do autor, 2018.

[9] Gomes d'Abreu (ed.), *Memorial*, p. 153.

[10] ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de vários reis, liv.1, f. 368, *Carta Patente. Capitania da Fortaleza de Chaul, por tempo de 3 anos, na vagante dos providos* (1616/07/04), ref. PT/TT/RGM/N/0001/368.

[11] AMPL, *Carta de D. Filipe III ao licenciado Baltazar Cardoso, juiz de fora da vila de Ponte de Lima, a nomear para vereador António Pereira Felgueira, em vez de Gaspar Marinho* (18/02/1622), ref. PT/MPTL/CCRPTL/0064.

[12] Este vínculo será posteriormente reivindicado por parentes, por quebra da linha principal, e perder-se-à para os senhores de Sá. Sobre as peripécias ocasionadas em gerações posteriores por esta subrogação, vd. Rodrigues, "Entre o público e o privado", pp. 152 e 157-8.



FIGURA 3.
Pedra de armas num cunhal da Casa do Outeiro em Gondoriz, com a aspa dos Araújos em pleno sob coronel de nobreza e a divisa "NOS A SANGUINE REGUM VENIMUS" — talvez expressiva da sua pretensa filiação varonil na monarquia visigoda.

FONTE · Fotografia gentilmente cedida por Manuel Guilherme de Vasconcelos, 2018.

sua condição de filho segundo o tivesse privado de herança, já depois de casado recebe por doação de Domingos Martins a chamada quintinha das Lages, em Moreira, que nas gerações seguintes virá a render frutos para a fábrica da capela vincular da família.

Testemunho solitário da tutela destes primeiros Pereiras em Sá é uma rude pedra de armas embutida no espaldar de um tanque, ensombrado por velhas oliveiras, que se preserva ainda no quadrante sul da quinta. Aí se figura em pleno a cruz florenciada que é apanágio da família, sob esquemático coronel de nobreza. Seja embora incerta a sua datação, podemos balizá-la — conforme a opinião que em tempos exprimiu o historiador Carlos de Passos[14] — entre o início e meados do século XVII. As escadas bem talhadas que descem ao bucólico recanto, bem como os vestígios dum alpendre que em tempos o cobriu, sugerem ter servido como lugar de recreio senhoril, e não como mera peça de utilidade agrícola — indiciando talvez já uma vivência familiar deste espaço.

2.
De Pereiras a Araújos

Do matrimónio de Violante Pereira com seu primo António houve por filha única Maria Pereira Fagundes (1637-1723),[15] ocasionando que os domínios de Sá se transmitissem novamente por via feminina. É pelo casamento desta senhora que entra na casa a varonia Araújo, na pessoa do capitão de infantaria auxiliar Fernando Pereira de Araújo, FCCR (f. 1708), que Canais e outros apelidam de Velho de Araújo.[16]

É bem conhecida dos nobiliários a saga desta linhagem, que a tradição (ou efabulação) familiar fazia remontar rectamente ao rei Ramiro de Leão ou a Leovigildo.[17] Tanto quanto efectivamente se apuram, as suas raízes estão no povoado galego de Lobios — que perderam em 1542 por envolvimento na morte dum protegido do bispo de Ourense,[18] tendo passado ao Minho nas pessoas dos irmãos Gonçalo Rodrigues e Fernão Velho de Araújo. É o secundogénito deste último, João de Araújo e Azevedo (f. 1652), que vai tomar por assento a casa e propriedades do Sobreiro nos Arcos de Valdevez, também ditas das Choças ou Chousas, por casamento com

[13] José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco, *Costados das famílias ilustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Índias* […], I (Lisboa: Impressão Régia, 1829), p. 223.

[14] Arquivo da Casa de Sá, carta de Carlos de Passos a António de Araújo Mimoso (6/9/1938).

[15] A data de nascimento, que não alcançamos em registo documental, deduz-se com razoável certeza pela sua afirmação de que contava oitenta anos na petição para licença de capela que a 2/8/1717 endereça ao Arcebispo Primaz. ADB, *Papeis da fabrica da Capela de Nossa Senhora do Rosario, sita na quinta da Lage, freguesia de Santa Maria de Sá* (1717), ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0043/010972, f. 300.

[16] Canais de Figueiredo (*Costados*, p. 223) e outros linhagistas parecem confundi-lo com o pai.

[17] ADB, *Título genealógico de Araújos e Descendência dos Araújos da Galiza*, par de documentos anónimos do Fundo Araújo de Azevedo ainda não catalogado, e citados por Rodrigues, "Entre o Público e o Privado", p. 139 e nota 607.

[18] vd. e.g. Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana* (Porto: Fernando Machado, s.d.), I, p. 239 (Araújos).

Catarina Pereira (f. 1685). Esta senhora era filha natural do opulento vigário de Cabana Maior, P.e António Pereira de Brito, com "sua Amiga Margarida Gonçalves", o qual sacerdote as erigira em morgadio e lhas legara por dote com obrigação de missas na capela vincular de Santo António.[19] Ao legado do clérigo acresce outra importante quinta, a do Outeiro de Gondoriz, cujas vivendas os castelhanos viriam a incendiar no decurso da Guerra da Restauração, e que virá ela também a ser vinculada pelo neto. Porfiadas demandas que não compete aqui documentar retirarão à descendência de Fernando o primeiro morgadio — que só gerações abaixo um estratégico casamento fará retornar ao seu ramo familiar — mas deixar-lhe-ão o segundo.

Pelo final do séc. XVII, Maria Pereira Fagundes e Fernando Pereira de Araújo documentam-se inequivocamente como moradores em Sá. A sua união não produz descendentes, mas este virá a reconhecer dois filhos naturais havidos em Maria de Brito Barros (ou *Barreiros*), da freguesia Arcuense de Mei: Isabel Pereira de Azevedo e Tristão Pereira de Araújo Pimenta (1672-1731). Em 1708, vendo-se sem filhos comuns mas pretendendo dar continuidade familiar ao património, o casal decide vincular os bens de Sá e chamar à administração uma prima segunda de Maria, Violante Pereira Pinto Fagundes (1678-1758), mediante o seu casamento com aquele Tristão (entretanto legitimado por cartas régia e apostólica, e sucessor designado no vínculo paterno do Outeiro). Foi uma estratégia feliz a que gizaram: além de permitir dar sucessão à casa, surte o efeito de manter nela tanto o sangue limiano dos Pereiras (Violante era filha única e herdeira do Mestre-de-campo João Pereira Pinto, ramo cadete do segundo morgadio de Bertiandos) como a varonia Araújo. Concomitantemente, agregam-se de modo definitivo os domínios das duas famílias, que desde então passarão a andar indivisos. A escritura de dote é firmada a 21 de Abril desse ano (ainda na presença de Fernando, que faleceria pouco depois), e tem o interesse adicional de nos revelar que as terras de Sá continuavam foreiras a Ázere, no valor ânuo de seiscentos e cinquenta reis.[20] O casamento celebra-se a 26 de



FIGURA 4.
Pedra de armas do portão da Quinta de Sá: escudo esquartelado de Pereira, Azevedo (de S. João de Rei, simplificado), Pinto e Araújo, sob coronel de nobreza e timbre de Pereira; conjunto datado em cartela epigrafada de 1714.

FONTE · Fotografia do autor, 2015.

[19] Felgueiras Gayo, *Nobiliário*, IV, p. 548 (Costas)

Agosto, na igreja paroquial de Sá. Não antevendo talvez que viria a suceder no Outeiro, Tristão concluíra com merecimento os estudos em Cânones que o pai lhe patrocinara em Coimbra, onde se matriculara a 1 de Outubro 1698.[21] A carreira das leis, que abraça com afinco após a formatura,[22] leva-o sucessivamente aos cargos de juiz de fora e dos órfãos de Melgaço (1715),[23] juiz de fora de Vila Nova de Cerveira (1718?), juiz dos órfãos da Cidade do Porto (1722)[24] e provedor da comarca de Guimarães (1726).[25] Aos proventos do ofício soma os rendosos frutos da casa paterna — cujo apreciado vinho, por exemplo, logra comerciar no Porto, por especial privilégio camarário.[26] Violante, por seu lado, apressa-se a deixar a sua marca na propriedade que lhe coube. Em 1714 levanta-se o portão nobre da quinta de Sá, e apõe-se-lhe aparatosa pedra de armas: um esquartelado de Pereiras, Azevedos, Pintos e Araújos, assinalando as linhagens que o seu matrimónio reatara, sob coronel de nobreza e timbre daquela primeira família. O monumento é acompanhado por uma epígrafe em cartela oval, onde, na qualidade de herdeira *sue jure*, professa a responsabilidade da obra: "VIOLANTE P.ᴬ PINTO M.ᴱᴿ DE TRISTAM PEREIRA PINTO ARAVJO DE AZEVEDO FEZ ANNO 1714". As datas de 1718 e 1721, gravadas respectivamente num velho coberto da eira e no lintel duma porta da adega, coincidem também com os primeiros

> ❝
>
> ***Foi uma estratégia feliz a que gizaram: além de permitir dar sucessão à casa, surte o efeito de manter nela tanto o sangue limiano dos Pereiras (Violante era filha única e herdeira do Mestre-de-campo João Pereira Pinto, ramo cadete do segundo morgadio de Bertiandos) como a varonia Araújo.***
>
> ❞

[20] ADB, *Papeis da fábrica da Capela de Nossa Senhora do Rosário*, traslado de escritura a ff. 302v-303.

[21] AUC, *Índice de alunos*, letra P (Tristão Pereira Pimenta), ref. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/P/004999.

[22] Idem, ibid., onde se dá a data de conclusão dos estudos como 31/01/1704.

[23] ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 7, f.276, *Carta. Juiz de Fora da vila de Melgaço, por 3 anos* (19/06/1715), ref. PT/TT/RGM/C/0007/55595.

[24] Idem, liv. 13, f. 250, *Carta de Mercê do cargo de Juiz dos Órfãos da cidade do Porto, concedida a Tristão Pereira Pimenta* (10/01/1722), ref. PT/TT/RGM/C/0013/25001.

[25] Idem, *Alvará de Mercê do cargo de Provedor* [...] da *Comarca de Guimarães, concedido a Tristão Pereira Pimenta*, ref. PT/TT/RGM/C/0013/25002

[26] Vd. Rodrigues, "Entre o Público e o Privado", p. 156 e nota n.º 678.

anos da sua tutela, e indiciam investimento na infraestrutura agrícola. A ligação primordial do casal a Sá é patente na sua vontade de se fazerem inumar na mesma vizinha igreja onde haviam casado, tal como a exprimem ao arcebispo de Braga por petição de 1729.[27] Infelizmente, as transformações que o edifício sofreu ao longo dos séculos subsequentes não nos deixaram nenhum vestígio de tal sepulcro.

3. Para se encomendar a Deos*: a capela da Virgem do Rosário*

Entretanto, não terminara ainda o papel da velha tia Maria Pereira na gesta familiar. Tendo continuado a residir em Sá até à sua morte em 1723, é ela quem a 2 de Agosto de 1717 endereça à Sé bracarense o pedido de licença para edificar capela "a sima das casas em que vive para a parte do norte". Além da conveniência de dispor dum espaço de culto onde se pudessem cumprir as obrigações pias do novel morgadio — "huma missa por ano a Nossa Senhora do Rozario no seu dia ou logo noutro dia seguinte" — a suplicante alega a sua muita idade e fraca saúde como impedimentos à regular frequência dos sacramentos na igreja paroquial. No informe que ajunta à petição, o pároco António de Araújo Sampaio particulariza, com inusual detalhe, a seriedade dos seus padecimentos, testemunhando que "[...] allem de ser velha he aleijada de huma perna, a qual tem muito inchada e cheia de fistolas, e nella sofre muitas dores e nam pode andar sobre ella".[28] Mais acresceria, alega-se, a vantagem de poder cumprir em Sá as missas obrigadas pelo vínculo dos Araújos, conforme já previra Fernando Pereira de Araújo no seu testamento.[29] Como frequentemente sucede nestes requerimentos, a petição assegura também a utilidade da obra aos "passageiros e demais pessoas" dos casais circumvizinhos, que a capela se comprometia a igualmente servir com missa semanária.[30] Prevalece no documento uma certa ambiguidade, talvez deliberada, no que toca ao seu posicionamento em relação à via pública — sendo que na verdade o caminho fronteiro era interior à quinta e havia sido



FIGURA 5.
Retábulo da capela da Casa de Sá, com Virgem da Conceição da primeira metade do séc. XVIII; a *Verónica* pintada no espaldar é uma recriação do séc. XX.

FONTE · Fotografia do autor, 2017.

[27] ADB, *Provisão a favor de Tristão Pereira Pimenta de Araújo e sua mulher, para poderem por uma sepultura na freguesia de Santa Maria de Sá* (28/04/1729), PT/UM-ADB/DIO /MAB/001/0048/ 011256.

[28] ADB, *Papeis da fabrica da Capela de Nossa Senhora do Rosario*, f. 300v.

[29] Idem, f. 302.I

[30] Idem, f. 302v.

definitivamente vedado pela edificação do portão três anos antes, enquanto que a citada "estrada de Galvea" lhe ficava algo distante.[31] Por orago elege Maria a sua padroeira onomástica, sob o título do Rosário (devoção de origem Dominicana que irradiara por todo o Alto Minho a partir do convento destes religiosos em Viana, e viria mais tarde a contar em Sá confraria e altar erectos na sede de paróquia).[32] Para a sua feitura e manutenção "para sempre athe ao fim do tempo" são votados não apenas frutos do património vinculado de Sá, mas também rendosos campos livres da já citada quinta das Lages, na vizinha Moreira, dada à cultura do milho e do vinho. Satisfeita a arquidiocese em como o património era bastante, e sendo estas provisões já supostas pela escritura de dote de 1708, os trâmites processam-se desenvoltamente.[33]
O mesmo não se pode dizer da obra, que por razões que não aclaramos parece ter-se arrastado até 1739, muitos anos volvidos sobre a morte da peticionária.[34]
Terminada, a capela é a terceira particular da freguesia, somando-se à dos Barros Barbosa na Carcaveira, consagrada à Senhora do Loreto, e à que encabeçava o vínculo do Desterro na quinta dos Matos em Cruz da Pedra. Tal como a achamos hoje, a construção não se terá alterado substancialmente desde então. O retábulo, de talhe rústico mas vivaz, é consonante com a cronologia conhecida, e sem dúvida obra da primeira metade do séc. XVIII. A folha de ouro, se é que alguma vez chegou a estar prevista, nunca lhe chegou a ser aplicada, mas a sua falta é compensada pela riqueza do próprio ornamento, imaginoso e denso de detalhe, saído das mãos dalgum anónimo artesão local. A fauna que o anima, figurada entre as parras próprias do nosso primeiro barroco, é a dos vales e outeiros em volta: pardais debicando uvas, mochos e lebres. Como a maioria das capelas palatinas da época, comunica com o plano nobre do edifício anexo por meio dum côro-alto. Em 1739, os proprietários obtiveram do arcebispado licença para ter confessionário, renovada em 1742.[35]
Num momento incerto, a capela passou a ter por padroeira Nossa Senhora da Conceição, conforme já testemunham as *Memórias Paroquiais* de 1758.[36] A imagem que hoje preside ao espaço — um imponente espécime nortenho da primeira metade do séc. XVIII, ainda que algo desvirtuado por uma camada de policromia oitocentista — é consentânea com esta nova invocação, e quiçá oriunda dalguma outra propriedade familiar. Ainda assim, a missa obrigada pelo vínculo seguiu sendo a da solenidade do Rosário; talvez por isto, ou porque a mudança de dedicação nunca tivesse sido formalizada junto da autoridade eclesiástica, a capela é mencionada sob a designação original no *Inquérito do Arciprestado* de 1845-6.[37]

[31] Sobre este topónimo e via, vd. Almeida Fernandes, *Toponímia de Ponte de Lima*, I, p. 262.

[32] ADB, *Registo de provisao de confirmação de estatutos a favor dos confrades da confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Santa Maria de Sá* [...] (7/10/1743), ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0159/036283.

[33] ADB, *Provisão a favor de D. Maria Pereira Fagundes para erigir capela* [...] (14/12/1717), PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0153/034683.

[34] Conforme sugere o registo de provisão e licença para benzer a capela (12/5/1739), ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0094/019989.

[35] ADB, *Registo de provisão e licenca para benzer uma capela; Registo de provisao de licenca a favor de D. Violante Maria Pereira Pinto* [...] *e sua filha* [...] *para terem confessionário na sua capela* (15/9/1742), ref. PT/UM-ADB/DIO/MAB/001/0158/035973.

[36] José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758: Alto Minho: memórias, história, património* (Monção: Universidade do Minho / Casa-Museu de Monção, 2005), p. 367.

[37] Franquelim Neiva Soares, *A sociedade Pontelimense na primeira metade do século XIX: o inquérito do arciprestado de 1845-1846* (Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 1986), p. 180.

4.
A ínclita geração

Do casamento de Tristão e Violante houve três filhos do sexo masculino. O primogénito António de Araújo de Azevedo Fagundes (1710-1783) está destinado a suceder em toda a casa de seus pais; os dois seguintes, António Fernando (1713-1781) e António Luís (1714-1792), estão-o respectivamente à Igreja e ao exército. A única filha, Antónia Ventura (1720-1778), contrairá um breve casamento, enviuvando pouco após sem geração.[38] A convenção das núpcias do herdeiro com sua prima em terceiro grau Marquesa Francisca de Araújo e Azevedo (1737-1811), sucessora no já citado morgadio do Sobreiro, vai constituir outro desfecho particularmente afortunado da história familiar, porquanto permitirá aos Araújos de Sá recuperar o património que lhes custara a bastardia de Tristão e o seu tardio reconhecimento. Obtida a dispensa apostólica requerida pela proximidade de parentesco dos nubentes, António e Marquesa recebem-se na capela da Casa de Sá a 6 de Agosto de 1752.

É no período simbolicamente compreendido entre o terremoto de Lisboa e a Revolução Francesa, com tudo o que esses eventos representam para a transformação das mentalidades nacional e europeia, que vêm ao mundo e desabrocham os dez filhos do segundo morgado de Sá. Coube-lhes, a cada um à sua maneira, fazer a ponte entre o Antigo Regime — em que se cimentara o prestígio e o poder familiar — e o mundo novo engendrado pelo Iluminismo, e posteriormente pelos rudimentos da revolução liberal. À conjuntura histórica em que se desenvolvem os seus respectivos percursos corresponde não apenas o ápex da extensão territorial do património administrado (que se manterá sensivelmente inalterado até à dissolução dos vínculos na centúria seguinte) como o cume da projecção social, política e cultural da família.

Do primogénito António Pereira Pinto de Araújo de Azevedo (1754-1817), que virá a ser o 1.º conde da Barca, não temos ambição — como ficou dito — de tratar aqui. Os seus feitos como diplomata, estadista, literato, empreendedor, naturalista e filantropo facilmente encheriam muito mais do que as escassas páginas que nos cabem, e são aturadamente explorados por autores como Artur da Cunha Araújo, Coronel José Baptista Barreiros,[39] Joaquim António de Sousa Pintassilgo,[40] Eurico de Ataíde Malafaia,[41] Abel Rodrigues[42] ou Patrícia D. Telles[43] (para citar alguns apenas) — pelo que preferimos remeter o leitor para a extensa bibliografia existente. Mediante o escopo deste artigo, cumpre notar apenas que sucedeu nos vínculos paternos em 1783, e até ao falecimento da mãe co-administrou com ela os que lhe cabiam por herança dos Araújos do Sobreiro e Prova. Como desde cedo a sua carreira pública o obrigou a apartar-se do torrão natal,

[38] Gayo, *Nobiliário*, IV, p. 549 (tt.º de Costas). A propósito deste matrimónio vd. Rodrigues, "Entre o público e o privado", pp. 159-61.

[39] José Baptista Barreiros, *Ensaio de Biografia do Conde da Barca* (Braga: Delegação Bracarense da S.H.I.P., [s.d.]).

[40] Joaquim António de Sousa Pintassilgo, "Diplomacia, política e economia na transição do século XVIII para o século XIX: o pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo (Conde da Barca)" [dissertação de mestrado] (Lisboa: FSCHUNL, 1987).

[41] Eurico Ataíde Malafaia, *António de Araújo de Azevedo, conde da Barca: diplomata e estadista, 1787-1817: subsídios documentais sobre a época e a personalidade* (Braga: Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, 2004).

[42] Além da obra já citada, vd. "O Arquivo do Conde da Barca: *Mnemósine* de um Ilustrado", in *José Anastácio da Cunha: O Tempo, as Ideias, a Obra e ... os Inéditos* (Braga: ADB/UM, CMAT/UM, CMUP, 2006), I, pp. 63-97; idem e Renata Munhoz, "Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817): uma abor-dagem a partir do arquivo pessoal do Conde da Barca", *Labor Histórico* 2:1 (2016), pp. 91-104.

[43] Patrícia D. Telles, *O Cavaleiro Brito e o Conde da Barca: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil* (Lisboa: Documenta, 2018).

trocando-o por Lisboa em 1785 e depois por outras capitais, a sua administração do património familiar foi forçosamente partilhada com a família e com outros colaboradores.[44]

Foi secundogénito António Fernando Pereira Pinto de Araújo e Azevedo (1759-1823), FCCR, que tendo sido destinado à carreira eclesiástica cursou Cânones em Coimbra — como antes seu avô Tristão. Foi Prior da Colegiada de Barcelos, e mais tarde apresentado para o rendoso benefício de São João Baptista de Lobrigos (Santa Marta de Penaguião) pelo então padroeiro Duque de Lafões. Subsistem alguns testemunhos da sua oratória — como um sermão congratulatório *Por occazião da entrada dos Exercitos alliados em Pariz*, através do qual conhecemos um pouco do seu posicionamento face ao panorama Europeu dos primórdios de oitocentos.[45] Na qualidade de "inspector das obras do encanamento do Rio Lima, das estradas e canais de rega e transporte e da arborização a realizar na Província do Minho", função de que foi incumbido por carta régia de 27/3/1805, presidiu a vários melhoramentos públicos no vale do Lima. Os seus projectos e investimentos — alguns dos quais empreendidos em colaboração com o irmão mais velho, como a fiação da quinta da Prova (1807-1812) ou a fábrica de vidro do Gerês (1807-1808), e outros, como as azenhas ainda hoje designadas *do Dom Prior*,[46] a título individual — nem sempre lhe sorriram, pelo que no final de vida o encontramos lamentando negócios desfeitos, despesas custosas na manutenção da família, e assédio por parte dos credores do falecido conde.[47] De Joaquina Jacinta de Freitas Castro e Melo, que foi casada com João Pinto Coelho Guedes de Macedo Pereira da Silva, teve uma filha reconhecida, de nome Maria Lina de Araújo e Azevedo, com descendência nos Azevedos Coutinhos da Casa da Tapada em Amares.[48]

O terceiro filho, João António (1764-1823) recebeu ordens menores, mas ao contrário do anterior não seguiu a carreira eclesiástica. Como ele, no entanto, cursou leis; exerceu como juiz de Fora de Viana (1793), e depois provedor da Comarca de Coimbra (1799). Em 1804 foi nomeado conselheiro da Real Fazenda, e no fim da vida veio a veio a receber a mercê da Comenda de São Pedro do Sul, na Ordem de Cristo, que fora de seu irmão mais velho. Permaneceu solteiro e sem geração.

No quarto, Francisco António (1772-1822), manteve-se viva a tradição familiar das armas.[49] Assentando praça de soldado no Regimento de Infantaria N.º 9, serviu na província do Minho e no partido do Porto, e já na patente de Tenente-Coronel ascendeu a governador do Forte de S. Tiago da Barra em Viana. Em 1816, o irmão maior obteve-lhe a nomeação para Capitão-General dos Açores, cargo que exerceu até 1820 e no qual promoveu vários melhoramentos infraestruturais e reformas administrativas. Parti-

[44] Rodrigues, "Entre o público e o privado", p. 106.

[45] ADB, *Oração remetida por Francisco Pereira Peixoto Ferraz Sarmento que fez o Conselheiro abade de Lobrigos* [...] *por occazião da entrada dos Exercitos alliados em Pariz* (13/06/1814), ref. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/001592.

[46] Conjunto arquitectónico que subsiste ainda na freguesia vianense da Meadela.

[47] ADB, *Minuta de um requerimento de António Fernando de Araújo Azevedo, Comendador da Ordem de Cristo e Abade de Lobrigos, pedindo que lhe seja concedido o rendimento da Ponte de Viana por tempo de 10 anos* [...] (21/06/1817), ref. PT/UM-ADB/FAM/ACA/00/00031

[48] Felgueiras Gayo, *Nobiliário*, I, p. 553 (tt.º de Azevedos).

[49] Para uma biografia detalhada, vd. a entrada que lhe consagra Abel Rodrigues in João Gomes d'Abreu (coord.), *Figuras Limianas*, (Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2008), pp. 286-8.

dário da causa constitucional, o brigadeiro Francisco de Araújo liderou a revolta que visava depor o seu sucessor na Capitania-Geral, Francisco de Borja Garção Stockler, em 1821. Chegou a ser aclamado chefe do governo provisório constituído a 1 de Abril desse ano, mas veio a perecer no decurso do contragolpe que se seguiu na noite de 3 para 4. Em Viana, havia casado com Francisca Antónia Caetana de Sá Pereira Caldas Sotomaior, entretanto falecida, filha única e herdeira dos morgados da Estrela em Santa Marta de Portuzelo, c.g. (ver secção 5 abaixo).

O quinto e último dos filhos varões, Luís António de Araújo de Azevedo (1767-1795), foi frade Lóio. Teve de mãe que desconhecemos um filho de nome Manuel Felicíssimo de Sousa Lousada (n. 1793), criado por pais adoptivos, que se formou em leis em Coimbra e veio a ser juiz da Relação de Goa por carta régia de 9 de abril de 1827; tendo-se inteirado da sua verdadeira filiação, assumiu também os apelidos Araújo e Azevedo.[50]

De entre as filhas, tanto Joana (1755-1827) como Antónia (1757-1834) professaram no Convento de S. Bento de Viana, tendo esta sido abadessa do mesmo. Clara Vitória (1761-1827) e Ana (1762-1836), as seguintes na ordem de nascimento, morreram ambas solteiras. A quinta, Rosa Inácia (1769-1844), casou em 1806 com Roque Ribeiro de Abranches Castelo-Branco — um dos protagonistas da Revolução Liberal do Porto e participante da respectiva Junta Revolucionária, bem como deputado às Cortes

[50] Luís Pedroso de Lima Cabral de Oliveira, "A consagração dos naturais: direito(s) e elites naturais católicas em Goa (1780-1880)", [tese de doutoramento] (Universidade Nova de Lisboa, 2014), p. 68, nota n.º 189.

“Sob a tutela de António e Marquesa, a própria casa terá crescido para acomodar esta ampla família — visto que no pico da sua ocupação ela albergava além do casal, dos seus dez filhos e servi-çais, estadias prolongadas dos dois irmãos celibatários do morgado.”

Constituintes — que viria a ser agraciado pelo novel regime com o título de Visconde de Midões (23/10/1837). Deste casamento não houve geração.

Sob a tutela de António e Marquesa, a própria casa terá crescido para acomodar esta ampla família — visto que no pico da sua ocupação ela albergava além do casal, dos seus dez filhos e serviçais, estadias prolongadas dos dois irmãos celibatários do morgado.[51] Baliza-se seguramente entre o terceiro e o último quartel do séc. XVIII todo o actual piso nobre do edifício, com seu pé-direito generoso e amplos janelões em arco abatido voltados ao anfiteatro do vale. Sugestivas, mas escassas, são as indicações que nos chegam quanto ao horizonte cultural da família nos anos formativos desta larga prole. Sabemos, por exemplo, que a casa estava provida duma apreciável biblioteca, em grande parte reunida pelo avô Tristão.[52] Familiares letrados como os tios paternos Pe. António Fernando, doutor por Coimbra e conceituado legista eclesiástico, e Capitão António Luís — que sabemos ter apadrinhado os primeiros estudos do sobrinho primogénito no Porto[53] — terão decerto contribuído para criar um ambiente educativo propício também para os restantes filhos da casa.

No que concerne à dimensão agrícola da propriedade, é informativa uma *Lembrança de algumas coisas que devem fazer-se nesta Quinta de Sá*, datada de 1786, porquanto retrata as principais culturas que então se promoviam: a vinha "de castas boas para vinho, como são o Espadeiro, Cainho preto, Bastardo, Doçal, Locaio"; o olival e as árvores de fruto concentradas em dois pomares; bem como o desígnio de adquirir "uns bois Galegos".[54] O regímen produtivo da propriedade manter-se-à fundamente inalterado durante toda a administração de Barca, conforme se depreende dum inventário compilado duas décadas mais tarde em 1808.[55] Deste período datam melhoramentos como uma reconstrução integral da eira (1796) e o monumental lagar (1806). Nada indica, pois, que se tenham sentido em Sá quaisquer ecos das conhecidas (se bem que efémeras) experiências industriais que o proprietário e os seus sócios promoveram na Quinta da Prova e noutros empreendimentos.[56]

5. *A herança de Barca*

A 21 de Junho de 1817 o terceiro morgado de Sá e detentor dos vários outros vínculos e prazos familiares falece solteiro e sem descendência no Rio de Janeiro, onde havia acompanhado a corte portuguesa em 1808. A sua saúde, sempre frágil, que Malafaia associa plausivelmente à consaguinidade dos seus ascendentes,[57] havia-se agravado no clima tropical. A seu lado está o irmão João António, que viajara para o Brasil já em 1815 para dar trato aos seus assuntos — o que leva a crer que o desfecho era esperado.

[51] Rodrigues, "Entre o público e o privado", p. 104.

[52] Idem, 105.

[53] Sebastião Francisco Mendo Trigoso, "Elogio Histórico do Conde da Barca, recitado a 24 de Junho de 1819 [. . .]," *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, VIII, parte II (Lisboa: Tip. da Academia de Ciências, 1823) p. XVI.

[54] ADB, *Lembrança de algumas coisas que devem fazer-se nesta Quinta de Sá* (1786), ref. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/A/004780, ff. 1, 9-10, etc.

[55] ADB, *Autos de inventário dos bens* (05/1808), ref. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/A/004867.

[56] A propósito das quais vd. Rodrigues, "Entre o público e o privado", pp. 87 e 111-17.

[57] Malafaia, *António de Araújo de Azevedo*, p. 11.

Não obstante a enorme distinção que alcançara nos seus 63 anos de vida e 30 de carreira político-diplomática — culminando na mercê da dignidade condal por D. Maria I a 27 de Dezembro de 1815 — cedo se constata que o estadista morrera fortemente endividado,[58] o que torna premente a venda de grande parte dos seus bens pessoais. Contam-se entre o espólio alienado para satisfação dos credores o recheio do seu palacete à Rua do Passeio e uma esplêndida biblioteca de 6.329 volumes, dos quais João escolherá 400 para tornarem à casa-mãe em Ponte de Lima.[59] O acervo administrativo da casa, que em grande parte parece ter acompanhado o conde para o assistir na gestão remota dos bens familiares, tem naturalmente de regressar ao cartório da Casa de Sá, para continuar a servir os sucessores, pelo que é encaixotado e remetido para a metrópole. Também os seus papéis pessoais, nomeadamente a sua correspondência, serão assimilados pelo arquivo familiar.

Achando-se próximo da morte e sem descendência legítima o irmão secundogénito, Dom Prior Araújo, que conforme os tramites sucessórios seria herdeiro de todo o património vinculado, habilita-se a herdeiro universal o próprio João António, "para poder receber as tenças, e ordenados, e tudo o mais de que constar ser credor o dito Falecido à Fazenda Publica".[60] Mas as *démarches* necessárias no Brasil atrasam-lhe o regresso até 1822, data da justificação que apresenta ao Conselho de Fazenda, e menos de um ano depois ele próprio falece, celibatário como os dois irmãos maiores. O quarto varão perecera violentamente, como vimos, em Angra — mas ao contrário daqueles deixara descendência. É ao seu filho António (1809-1868), à época com 14 anos — órfão de mãe desde a primeira infância e de pai desde os 10 — que cabe suceder em toda a casa, sendo os bens administrados até à sua maioridade pelas tias Araújo. O jovem, que entretanto assentara praça na cavalaria, toma posse do legado familiar ao cumprir 20 anos, em 1830. Poucos anos depois, a 14 de Setembro de 1834, contrai matrimónio com Ana dos Prazeres Calheiros de Magalhães Barreto Amorim (1818-1875), na capela da Casa de Sá.[61] Esta senhora era filha de José Calheiros de Magalhães Barreto, morgado do Souto em Brandara e sucessor na Casa de Mato Bom em Estorãos.[62] Por alvará de 28 de Novembro de 1845, talvez assoberbado pela magnitude do património que fora chamado a administrar e enfrentando "alguns abuzos", António alista os préstimos de José Narciso de Sousa Guerreiro, morador na vizinha (e hoje tristemente arruinada) Casa da Fonte da Ínsua, em Sá. Este proprietário experiente toma o encargo de "vigiar-me tudo e tratar-me tudo com todo o zello e amor, tanto dos bens como negocios", em Ponte de Lima assim como nos Arcos, a troco do ren-

[58] Cunha Araújo, *Perfil do Conde da Barca*, p. 116.

[59] Idem, pp. 116-18; Rodrigues, "Entre o público e o privado", p. 9.

[60] ANTT, *Autos de justificação do Conselheiro João Amorim* [sic, por "António"] *de Araújo Azevedo, herdeiro de seu irmão o Conde da Barca*, ref. PT/TT/CFZ/001-010/0004/00038.

[61] AMPL, Carta enviada por Maria Isabel de Araújo Abreu Bacelar de Azevedo a José Lopes de Calheiros e Meneses a participar o casamento de sua filha (24/09/1834), ref. PT/MPTL/ACP/07ª GERAÇÃO-7.2/001/000451.

[62] vd. Canais de Figueiredo, *Costados*, p. 118.

[63] ADB, *Alvará de António de Araújo de Azevedo Pereira Pinto a José Narciso de Sousa Guerreiro* (28/11/1845), ref. PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAAPP/005379.



FIGURA 6.
O médico e bibliófilo bracarense Dr. Manuel José de Oliveira, num retrato produzido para a obra *As Constituintes de 1911 e os seus deputados*, de Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos (Lisboa: Livraria Ferreira, 1911), p. 181.

dimento ânuo de algumas quintas referidas.[63]
António de Araújo de Azevedo Pereira Pinto, que se reformou no posto de tenente, foi o quinto e último morgado de Sá, bem como derradeiro administrador vincular das propriedades da família nos Arcos, visto que em sua vida é promulgada a dissolução dos morgadios e capelas vinculares. Tal decreto, datado de 19 de Maio de 1863, configura um ponto de viragem histórico — nesta como em quase todas as velhas casas terratenentes do país — na medida em que liberta os bens de família das disposições impostas pelos respectivos instituidores e autoriza a sua dispersão e venda. Na família Araújo, os seus efeitos fazem-se sentir logo após a morte da viúva Ana dos Prazeres, com o desmembramento do formidável património acumulado pelas gerações precedentes: por partilhas amigáveis conduzidas em 1873, as suas três filhas receberão porção équas, indo levá-las por casamento às casas dos respectivos maridos.

6. *As gerações Mimoso-Barrosa*

A varonia Costa Mimoso entra em Sá por casamento de D. Marquesa Margarida de Araújo e Azevedo (1849-1900) — sucessora nesta porção do legado familiar — com José Mimoso de Barros Alpuim (1834-1909), contraído na capela da casa a 26 de Julho de 1871. As raízes paternas deste fidalgo estavam em Linhares da Beira, sede do velho morgadio familiar da Conceição, mas outras alianças haviam-lhes trazido também a casa de Avelenda, em Paçô, e os morgadios de São Simão e de São Silvestre (Arcos e Ponte da Barca).[64] O casamento de seu pai com Sebastiana Eugénia Barros Barbosa de Abreu e Lima, herdeira universal dos senhores da Carcaveira, granjeara-lhes o senhorio desta importante casa, vizinha da de Sá.
Radicando-se em Ponte de Lima — onde reparte a residência por estas duas propriedades e pelo palacete que que tinha à Rua Formosa, no centro da vila[65] — a família Mimoso vai envolver-se desde cedo na administração do concelho, constituindo-se entre meados do séc. XIX e o início do séc. XX como dinastia política local. José Mimoso, que cursara direito com classificações honrosas e servira por alguns anos como Secretário Geral do Go-

[64] António Mattos e Silva (ed.). *Anuário da Nobreza de Portugal*, III: 3 (Lisboa: Dislivro, 2006), p. 935.

[65] Imóvel que fora bem anexo ao vínculo da Capela das Pereiras, administrado alternadamente pelos senhores da Carcaveira e por outro ramo familiar, mas cujo património fora definitivamente entregue aos primeiros (após porfiada demanda) por sentença de 1840.

[66] Miguel Roque dos Reis Lemos, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 3.ª ed. (Ponte de Lima: CMPL, 2003), p. 209.

verno de Cabo Verde,[66] é o segundo da casa a conquistar a câmara municipal de Ponte de Lima, a que preside entre 1893 e 1895, seguindo as passadas do pai que a ocupara intermitentemente entre 1866 e 1886. Subsistem na memória colectiva limiana varias histórias relativas a José Mimoso e à sua proverbial intransigência de princípios, como a da ocasião (memorada por Reis Lemos) em que mandou prender ambos os filhos na cadeia pública por haverem transgredido determinada providência policial.[67]
Também registados nos fastos locais ficaram os saraus poéticos promovidos pela família, e as suas incursões na arte de versejar; com a pena trocista que o caracteriza, o jornalista vianense José Caldas arrola o velho Dr. Mimoso e sua irmã Maria Amália — futura viscondessa de Macedo de Cavaleiros — entre os "vates de origem aristocrática" que então arrastavam pelo Alto Minho os ecos já cansados da escola ultra-romântica.[68]
No que a Sá concerne, um marco importante da administração Mimoso é a alienação do vasto arquivo da casa — que compreendia, além de quatro séculos de documentação administrativa, os papéis pessoais e correspondência do Conde da Barca. Nos começos de 1909, já "incommodado de saude"[69] e talvez sentindo a morte próxima, entendeu José Mimoso ceder este autêntico manancial historiográfico ao distinto bibliófilo bracarense Dr. Manuel José de Oliveira (1877-1918)[70] — fosse como pagamento pelos seus prestimosos serviços de médico, com que vinha assistindo a família havia vários anos, ou como doação desinteressada a um reconhecido amador de antigualhas. Afortunadamente, a esplêndida livraria de Oliveira viria a ser arrematada pela edilidade bracarense na década de 20, e com ela o velho cartório de Sá — que hoje se preserva íntegro e parcialmente acessível ao estudo no Arquivo Distrital de Braga.
José Mimoso, cujo degenerescente estado de saúde é acompanhado por breves notícias n'*O Commercio do Lima*, acaba por falecer a 19 de Junho desse mesmo ano no seu solar da Carcaveira.[71] É o seu secundogénito António de Araújo Mimoso Pereira Pinto de Azevedo (1881-1953) quem sucede na casa materna, cabendo ao irmão maior Francisco o vizinho solar dos Barros Barbosa. No ano seguinte já encontramos António Mimoso em Sá, entregue a grandes obras



FIGURA 7.
António de Araújo Mimoso retratado nas páginas do *Jornal Viannense*, Ano XXI. n.º 3114 (Janeiro de 1908) a propósito duma representação teatral em que participou naquela cidade.

[67] Idem, ibid.

[68] José Caldas, *Vinte Cartas de Camilo Castelo Branco (1876-1885)* (Porto: C.ª Portuguesa Editora, 1923), pp. 15-17.

[69] *O Commercio do Lima*, Ano 3, n.os 129 a 151 (6/2 a 17/7/1909).

[70] Vd. Rodrigues, "Entre o público e o privado", pp. 14-26.

[71] *O Commercio do Lima*, Ano 3, n.o 147 (19/7/1909).



FIGURA 8.
Capa de brochura da primeira edição do romance O Pinto: *infância, paixões e morte de um cacique eleitoral*, do Conde de Aurora (1935).

de restauro e transformação, no afã de imprimir ao velho casarão dos Araújos algo do conforto e elegância que caracterizam o viver da *belle époque*. Uma primeira renovação do interior, que dá por terminada em 1911, fica memorada na epígrafe que nesse ano apõe à pilastra direita do portão nobre, a jeito de *pendant* daquela que a sua tretravó havia mandado gravar em 1714. Mais ambicioso é o projecto arquitectónico que encomendará à firma vienense de José Gonçalves do Rego Vianna, datado de 1919, pressupondo a reconstrução de toda a fachada de serviço, com aparatosa escadaria neo-barroca voltada ao terreiro e a criação de novos e amplos salões de receber.[72] Nada desse desenho se materializou salvo o cunhal nordeste da nova frontaria e uma solitária janela de sacada; pelo começo de 1921, por razões incertas, os trabalhos cessavam definitivamente.

António Mimoso, não obstante a sua relação por vezes tumultuosa com a família paterna, seguir-lhe-à os passos ao enveredar pela carreira política. No rescaldo da primeira década da república, após uma juventude de *bon vivant* pautada por idas frequentes a Madrid e a Paris, ingressa nas fileiras do Partido Republicano Nacionalista — força efémera gerada pela junção do Partido Liberal Republicano, do Partido Reconstituinte e de antigos partidários de Sidónio. É já na qualidade de candidato independente que será eleito para representar o círculo de Ponte de Lima nas eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925, as últimas da I República, com 4005 votos.[73] Durante boa parte da década de 30 serve como administrador do concelho, e na seguinte será o último dos Mimosos a presidir aos destinos da edilidade limiana (ainda que apenas brevemente, entre 1943 e 1944). No decurso da sua vida pública, foi benemérito e dinâmico promotor de várias instituições caras ao povo de Ponte de Lima, como a romaria do Senhor da Saúde (que ajudou a resgatar após os anos plúmbeos do anti-clericalismo republicano), a Estância do Monte da Madalena e as renascentes Feiras Novas — assim como patrono de boa parte das bandas musicais do concelho.[74]

É impossível determo-nos na figura pública de Mimoso sem registar o retrato caricatural que lhe consagrou o terceiro Conde de Aurora no seu roman-à-clef *O Pinto* (1935), sugestivamente sub-

[72] Arquivo da Casa de Sá, *Projecto de obras nas casas do Sr. António Mimoso na Quinta de Sá*, por J. Vianna (1919).

[73] António José Queiroz, "As eleições legislativas de 1925", *Revista da Faculdade de Letras: História*, III.11 (Porto, 2010), pp. 63-94: 81.

[74] "António Mimoso", *Cardeal Saraiva*, Ano XLI, n.º 1622 (5/2/1953), pp. 1-2.

titulado *Infância, paixões e morte de um cacique eleitoral*. Travestido sob um ténue véu de ficção na figura do *fidaurgo* Pinto Pereira (lembremos que estes eram justamente os apelidos dos seus antepassados de Sá), o proprietário e político é pintado nessas páginas de intenso cromatismo realista como incarnação dos piores vícios do sistema representativo, particularmente nas suas repercussões locais. Não obstante a graça e o génio satírico da obra — que são indiscutíveis, e mereceram ao autor o prémio Eça de Queiroz para o ano de 1936[75] — a desavença profunda que opunha o artista ao objecto azeda o tom do retrato, e torna-o em vários aspectos infiel ao natural. Os contornos romanescos do epónimo Pinto, fascinantes que sejam, encontram pouco eco na percepção generalizada de Mimoso junto das gentes limianas, tal como ela se plasma na imprensa da época e na memória colectiva: a imagem que perpassa da sua carreira política (aliás relativamente breve e pouco ambiciosa) é a dum representante popular e acessível, pouco condicionado no trato e no governo pela rivalidade partidária, e dado a complementar a obra pública com a benemerência privada de numerosíssimas instituições sociais e recreativas. Não são bem conhecidos os fundamentos da inimizade duradoura que se interpôs entre estes dois vultos limianos, mas uma das suas causas principais seria sem dúvida a divergência ideológica — nomeadamente, o republicanismo professo de Mimoso, e as convicções monárquicas e tradicionalistas que sempre acompanharam Sá Coutinho.

Até ao seu tardio casamento com Virgínia Ribeiro Lima da Costa Azevedo (1889-1980), filha dos primeiros Viscondes da Barrosa,[76] António Mimoso reside em Sá. Amante do convívio e da arte de receber, rodeia-se dum largo círculo de amigos, muitos deles ainda bem vivos na memória colectiva regional — como o poeta e político republicano Teófilo Carneiro, o escritor Delfim Guimarães, o Conselheiro António de Magalhães, o arqueólogo Cón. Manuel de Aguiar Barreiros, o dramaturgo Salvato Feijó ou o Pe. José António Vieira Leitão — célebre abade versejador de Sá e Santa Comba, de pseudónimo *Serrano*. Testemunho curioso destes convívios é uma colecção de poemas e canções autógrafas, na sua maioria deste último participante, que ainda se preserva no arquivo da casa, ecoando no seu tom folgazão o timbre descontraído dos saraus de Sá.[77] Com o enlace matrimonial do anfitrião, em 1923, estreitar-se-ão os seus laços afectivos a Viana. Falecendo-lhe os sogros na década de 20, sua mulher vem a herdar a casa senhorial da Barrosa em Vila Franca do Lima, e o casal acaba por se estabelecer aí a título permanente em 1932. A casa de Sá regressa assim ao estatuto de residência secundária, e com o passar das décadas acaba por ser entregue inteiramente à cura de caseiros.

[75] Luís Reis Torgal, *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009), II, p. 138.

[76] Sobre esta família, vd. José Aníbal Marinho Gomes, "Para a história da nobreza titulada de Viana do Castelo: Viscondes da Barrosa", *A Falar de Viana* IV, série 2, pp. 315-327.

[77] Recentemente digitalizadas pelo AMPL, ref. PT/CS/ACS/00001.

7.
Epílogo: a história continua

Da aliança das casas de Sá e Barrosa não houve fruto, ainda que António Mimoso tenha tido descendência natural em Ponte de Lima e em Viana. Falecendo a sua viúva, tanto uma como outra são deixadas à família da irmã desta, Maria do Carmo Ribeiro Lima da Costa Azevedo (1887-1962). Era esta senhora casada com Teotónio José da Fonseca (1875-1937), representante das famílias barcelenses da Casa de Paços, em Santa Eulália de Rio Côvo, e dos Morgados do Perdigão, nas Carvalhas; formado em direito e 1.º substituto do Juiz da Comarca de Barcelos, depois aí conservador do Registo Predial, foi um reputado genealogista e historiador local, com extensa bibliografia dedicada à região do vale do Cávado.[78] Houve deste casamento três filhos, dos quais os dois varões — José Teotónio e António Luís — faleceram solteiros. Seguiu a geração em Maria Luciana Ribeiro Lima de Azevedo Teixeira da Fonseca (1909-1964), casada com Miguel Pereira Paes de Matos Graça, senhor da Casa do Benfeito em Barcelos (1909-1982). A Casa de Sá coube à filha mais velha deste casal, Maria da Paz Azevedo da Fonseca Paes de Matos Graça (n.1936) casada com Nuno de Sande Mexia Ayres de Campos Barbosa (n. 1927).[79]

A estes proprietários se deve um profundo e cuidadoso restauro da casa, iniciado em 1990, após largas décadas de abandono e deterioração. Com o imóvel, ressurgem também paulatinamente os seus jardins e a quinta envolvente. Corolário simbólico desta valorização material foi a classificação de toda a propriedade como Monumento de Interesse Público por portaria de 16 de Fevereiro de 2015. A já longa saga familiar da Casa de Sá, que ora se aproxima de celebrar meio milénio de história documentada, tem assim nesta etapa um novo capítulo, que testemunha a sua resiliência e a sua vocação de continuidade.

[78] V/a, *Exposições bibliográfica, arqueológica concelhia na homenagem pública ao Dr. Teotónio da Fonseca no cinquentenário do seu falecimento* (Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1987).

[79] Sobre esta família vd. P.e António Júlio Limpo Trigueiros, Eugénio Andrea da Cunha e Freitas e Maria da Conceição Cardoso Pereira de Lacerda, *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico* (Braga: APPACDM, 1998), p. 513 et seq.; Mattos e Silva (ed.). *Anuário da Nobreza de Portugal*, III: 3 (Lisboa: Dislivro, 2006), pp. 460-67.

LISTA DE ABREVIATURAS USADAS

- **ADB** · Arquivo Distrital de Braga
- **AMPL** · Arquivo Municipal de Ponte de Lima
- **ANTT** · Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- **FCR** · Fidalgo da Casa Real
- **FCCR** · Fidalgo Cavaleiro da Casa Real
- **MFCR** · Moço Fidalgo da Casa Real
- **c.g.** · com geração
- **s.g.** · sem geração